

Integração, comando e controle: um olhar sobre o CICC e a intervenção militar (2018) no Rio de Janeiro ¹

Thayla Fernandes da Conceição (PPGSD/UFF)

Anunciou-se nos portais oficiais durante as Olimpíadas que o esquema integrado de segurança para elas montado seria o maior da história do país (PORTAL OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL SOBRE OS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS, 2016). Antes disso, já havia sido anunciado que um dos maiores legados da Copa do Mundo de 2014 seria justamente o esquema de segurança – investimento, a nível federal, de R\$1,17 bilhão – que reforçou técnicas de integração entre diversas instituições (entre polícias, ministérios, secretarias e instituições jurídicas) e tornou-se paradigmático (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014).

Pelo trabalho realizado, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) recebeu em dezembro de 2016 o Prêmio de Boas Práticas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), que assim atestou publicamente e institucionalmente que a operação de segurança integrada das Olimpíadas foi um sucesso. Os Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), advindos do Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC) regulamentado pelo governo federal em 2014, são outros dos exemplos ressaltados em termos de avanços no campo da segurança, eis que materializam tecnicamente a ideia da integração, cara às diretrizes centrais dos esquemas de segurança segundo os discursos oficiais. Passados os eventos, os CICCs montados dos estados-sede são absorvidos pelas secretarias de segurança respectivas e, no caso do Rio de Janeiro, tomam contornos que aqui serão melhor destrinchados.

Neste trabalho, portanto, faremos uma grande reflexão conjuntural sobre a passagem entre os Grandes Eventos e a Intervenção federal militar no Rio de Janeiro, ilustrando esta passagem a partir das significações dadas a este espaço/aparato tecnológico que é o CICC. Ressaltamos que faremos aqui este primeiro movimento ainda na limitação da falta de uma pesquisa empírica interna no CICC que nos permita, por exemplo, discutir os significados e as

¹ VI Enadir. GT 01. Antropologia do crime e do direito: justiça e criminalidade em perspectiva.

Obs: Este artigo é inspirado em parte da dissertação de mestrado defendida pela autora em 2018/1 no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Conteúdo semelhante foi apresentado, também, no XIX Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS 2019) em Florianópolis.

práticas da integração para os respectivos funcionários. Nos limitamos, aqui, a passear pela cidade, pelos seus últimos acontecimentos, e a observar os discursos das autoridades e o que apontam algumas estatísticas. Resumidamente, aqui começar a desconfiar.

Conforme nos lembra Cardoso (2014, pp. 10-11), o Centro Integrado carioca ficou pronto em 2012, com dois anos de atraso (sendo inaugurado oficialmente em maio de 2013). Este, segundo o autor, é um aperfeiçoamento do antigo Centro de Comando e Controle², um centro de vídeo-monitoramento coordenado pela PM em comunicação direta com os bombeiros, já existente na cidade desde 2005. O CICC traz como diferencial a mudança para prédio próprio, a alta tecnologia empregada e a respectiva integração física de diversas forças de segurança e outras forças correlatas. Segundo o autor, ainda (2014a, pp. 10-11):

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) foi concebido como um aperfeiçoamento estrategicamente planejado do Centro de Comando e Controle (CCC), ponto nevrálgico do sistema de videomonitoramento da Secretaria de Segurança, que, desde 2005, a Polícia Militar opera na região metropolitana da capital (Rio de Janeiro, Niterói e Baixada Fluminense). O CCC era localizado na torre da Central do Brasil, espaço que, embora tivesse sido adaptado ao seu funcionamento, contava com limitações estruturais de difícil transposição para a inevitável expansão do sistema de câmeras, e para a realização de um trabalho mais integrado e coordenado com outras instituições públicas implicadas na segurança. (...) A transposição para um novo prédio, construído especificamente para tal função, pretende proporcionar uma oportunidade ímpar para a elaboração, e posterior execução, de uma planificação definida e de longa duração para esse modelo de atuação em segurança pública (ao menos é o que afirmam os discursos oficiais). A transformação trazida pelo conceito de integração, que constitui a principal diferença entre os dois centros, fica evidenciada na comparação das diretrizes ligadas ao espaço físico destinado ao seu funcionamento.

No dia 27 fevereiro de 2018 o general Walter Souza Braga Netto, nomeado por Michel Temer como interventor da intervenção federal feita na área da segurança pública no estado do Rio de Janeiro iniciada naquele mês, realiza sua primeira grande coletiva de imprensa no CICC (PORTAL GOVERNO DO BRASIL, 2018). Trata-se do primeiro grande movimento de gestão política, urbana e operacional protagonizado pelas forças armadas ocorrido em nosso país desde que foi iniciado o frágil processo de redemocratização ao final da década de 1980. É importante afirmar, ainda, que esta intervenção foi decretada poucos meses depois de Temer sancionar a Lei 13.491, a qual alterou o Código Penal Militar e ampliou a possibilidade de

² O autor, que realizou pesquisas tanto dentro do CCC quanto do CICC, sobre aquele, expõe (2014b, p. 77): “perguntei ao coordenador qual seria a principal função do CCC, ao que, sem titubear, me respondeu: a defesa social”.

juízo de membros das forças armadas por tribunais militares quando praticarem crimes dolosos contra a vida de civis³.

Ali, Braga Netto anuncia a criação, dentro do próprio CICC, do gabinete de intervenção federal, gabinete este a ser comandado pelo general Mauro Sinott Lopes, o qual lhe acompanhou nesta coletiva, juntamente ao general Richard Fernandez Nunes, escolhido como novo secretário de segurança, em substituição ao delegado Roberto Sá. Afirmou nesta ocasião, ainda, a importância da integração das inteligências de todos os órgãos de segurança pública para o sucesso das operações que seriam feitas a partir da intervenção. Igualmente afirmou a importância da integração em entrevista exclusiva para o Globo News em março de 2018, no palácio Duque de Caxias (GLOBONEWS, 2018). Nesta primeira entrevista citada, o interventor afirma ainda que, se o decreto presidencial instaurador da intervenção visa “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública do rio de janeiro”, as missões principais da intervenção seriam a de recuperar a capacidade operativa dos órgãos de segurança pública e a de baixar os índices de criminalidade no estado do Rio que, segundo expõe, “é um laboratório para o Brasil”. A intenção da intervenção, segundo expõe, é a de “integrar e cooperar”. Sinott Lopes, por sua vez, se manifesta no sentido de que a intervenção é “uma janela de oportunidades”, e de que “o que vai permanecer no tempo é justamente atuar sobre os gargalos que trazem dificuldades para os órgãos de segurança pública”.

Percebemos nos discursos, portanto, que a afirmação da necessidade da integração entre as forças de segurança tem reverberado para além dos Grandes Eventos; parece ter sido acoplada em definitivo como elemento fundamental da atual visão sobre a estruturação das forças de segurança no estado. Michel Temer, então presidente, também se manifesta naquele momento da instauração da intervenção. Demonstra preocupações e projeções semelhantes às dos generais interventores, afirmando que “não vamos aceitar que matem nosso presente e nem que continuem a assassinar nosso futuro”⁴.

³ Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto: I – do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa; II – de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou III – de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal e na forma dos seguintes diplomas legais.

⁴ No mesmo discurso, Temer, além de afirmar explicitamente que suspenderá a intervenção caso sejam organizados os votos necessários para a votação da reforma da previdência, afirma também que: “Os senhores sabem que o crime organizado quase tomou conta do rio de janeiro. É uma metástase que se espalha pelo país e ameaça a tranquilidade de nosso povo. Por isso acabamos de decretar, neste momento, a intervenção federal na área da segurança pública no Rio de Janeiro. Os senhores sabem que tomo essa medida extrema porque as circunstâncias assim exigem. (...) não podemos aceitar passivamente a morte de inocentes e é intolerável que

Percebemos nestes discursos, também, uma preocupação com o que deve se perpetuar, com as permanências pós-intervenção, ou, em outras palavras, com o legado da intervenção e da atuação profissional daqueles homens eleitos entre seus pares – militares ou não – para a difícil missão de “dar um jeito” na questão da violência urbana no Rio de Janeiro. A preocupação com a construção de um sentido específico de futuro é, ao nosso ver, uma constante dos Megaeventos e das rebarbas de práticas e discursos institucionais que os seguem. Este sentido é materializado em slogans (“*Rio2016: a new world*”), em espaços culturais (o Museu do Amanhã, erguido justamente na Zona Portuária, na área da Pequena África), em outros equipamentos urbanos (rodoviária Novo Rio). Um novo Rio de Janeiro se fazia necessário. A conjuntura, entre seus impeachments, monumentos e intervenções, aponta por meio de suas autoridades novos macabros sentidos de futuro, os quais se estabelecem a partir de permanências autoritárias de longa duração histórica.

Em sua primeira coletiva de imprensa, dada no mesmo dia em que foi convocado a assumir o posto (16 de fevereiro de 2018), ao lado do ministro da defesa Raul Jungmann, do ministro-chefe do gabinete de segurança institucional (GSI) e do general Sérgio Etchgoyen⁵, afirmou o interventor Braga Netto que já existia um estado maior conjunto operando no Rio desde o começo da chamada “Operação Rio” ou “Operação Furacão I”⁶. Esta operação, uma Operação para Garantia da Lei e da Ordem (GLO) autorizada por Temer em meados de 2017,

estejamos enterrando pais e mães de família, trabalhadores, policiais, jovens e crianças e vendo bairros inteiros situados (sic) escolas sobre a mira de fuzis e avenidas transformadas em trincheiras. É o que mais se alardeia, o que mais se divulga, no presente momento. (...) As polícias e as forças armadas estarão nas ruas, nas avenidas, nas comunidades e, unidades, combaterão e enfrentarão e vencerão, naturalmente, aqueles que sequestram do povo as nossas cidades. Nossos presídios não serão mais escritórios de bandidos e nem nossas praças continuarão a ser salões de festa do crime organizado. Nossas estradas devem ser rotas seguras para motoristas honestos e nunca, nunca, via de transporte de drogas e roubo de cargas. A desordem é a pior das guerras. Começamos uma batalha em que nosso único caminho só pode ser o sucesso. E contamos naturalmente com todos os homens e mulheres de bem ao nosso lado”. (EXAME, 2018). Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/temer-assina-decreto-que-de-intervencao-federal-no-rj/>>. Acesso em abr. 2018.

⁵ Etchgoyen pertence a uma família que há três gerações compõe altos cargos nas forças armadas. Ficou conhecido pelo episódio em que, em 2014, elaborou carta em crítica ao relatório da Comissão Nacional da Verdade, que colocou seu pai, Leo Guedes Etchgoyen, na lista dos que cometeram graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil, época em que foi general. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/505190/noticia.html?sequence=1>>. Acesos em: mai. 2018.

⁶ Segundo anunciado pelas mídias do próprio exército brasileiro, foram cerca de 8.500 agentes mobilizados para a operação em questão, além de outras forças de segurança: “No dia 28 de julho de 2017, o Comando Militar do Leste (CML) deu início à Operação Furacão I, com a finalidade de combater a violência e o crime organizado no estado do Rio de Janeiro. Com isso, mais de 10 mil agentes de segurança estarão em ação, sendo 8.500 integrantes das Forças Armadas, 620 da Força Nacional de Segurança, 380 da Polícia Rodoviária Federal e 740 das Forças de Segurança locais”. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017). Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/comando-militar-do-leste-da-inicio-a-operacao-furacao-i>. Acesso em: mai 2018.

já era, portanto, considerada uma operação de segurança integrada com amplo envolvimento das forças armadas e, assim, as subseqüentes ações referentes à intervenção seguiriam moldes semelhantes. É importante destacar que, apesar das proximidades (e apesar de entendermos as últimas GLOs enquanto espécies de prelúdios do que seria a intervenção⁷) ambas não se confundem; a principal diferença a ser mencionada é a de que, ao contrário de uma GLO, a intervenção envolve também uma questão de reorganização de gestão e respectivos cargos. A figura do interventor recebe amplos poderes de gestão e decisão na área escolhida, estando subordinado diretamente apenas à presidência da república, não possuindo, em tese, obrigações diretas com as autoridades locais. O interventor no caso em questão, considerando a natureza da intervenção (focada na segurança pública) recebeu a competência do comando das polícias civil e militar e, também, do corpo de bombeiros, da defesa civil e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Nas coletivas de imprensa mencionadas e nas notícias em geral, se apresentou ao público o currículo do general interventor (G1, 2018). Este, que possui mais de 40 anos de experiência dentro das forças armadas e que a partir de 2016 tornou-se responsável pelo Comando Militar do Leste (CML), participou da coordenação da invasão do exército no Complexo da Maré entre 2014 e 2015, a qual durou, ao todo, 14 meses⁸. Braga Netto também assumiu posto de coordenação geral da assessoria especial para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Assim sendo, é possível visualizá-lo como uma figura íntima de duas questões

⁷ Compreendemos as GLOs efetivadas no Rio de Janeiro nos últimos anos enquanto uma forma de manifestar para a opinião pública, mais uma vez, uma suposta incontornabilidade da situação da violência urbana no estado – principalmente dentro das comunidades marginalizadas, as quais constantemente são alvos destes discursos sobre incontornabilidade – e serviram como uma espécie de ensaio para o espetáculo macabro maior, que é esta intervenção federal. Inclusive, vê-se que foram nomeados enquanto responsáveis maiores por esta intervenção apenas integrantes de altos postos das forças armadas, e nenhum civil, e que todos estes homens tem experiências de comando em GLOs feitas recentemente.

⁸ Entre abril de 2014 e junho de 2015 ocorreu a ocupação, pelas forças armadas, de 15 das 16 favelas do Complexo da Maré (Praia de Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Conjunto Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Novo Pinheiro – Salsa & Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança). Esta ocupação visava a “pacificação”, ou seja, a organização do território inclusive para possível futura implementação de UPPs, o que, até o momento, não ocorreu. Conforme o Ministério da Defesa, a mobilização feita nestes 14 meses envolveu 2000 homens do exército e 500 da marinha. As tropas realizaram a prisão de 553 adultos e a detenção de 254 menores de idade. À época, a Redes da Maré, em parceria com o Peoples Palace Projects, da Queen Mary University of London, Newton Fund, British Academy e o Social Science Research Council, divulgou o estudo intitulado “Percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré”, feito entre fevereiro e setembro de 2015. Para a elaboração deste estudo, foram entrevistados mil moradores, entre 18 e 69 anos, nas 15 favelas ocupadas pelo exército. Apenas 4% considerou a ocupação ótima, e apenas 19,9% a considerou boa, enquanto que 49,5% a avaliaram como regular, 11,9% como ruim e 13,9% como péssima. O estudo mostra, ainda, que a ocupação custou R\$ 600 milhões e que, em contrapartida, nos últimos seis anos até 2015, foram investidos R\$ 303,6 milhões em projetos sociais por parte da prefeitura. Estudo disponível em: <http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Livro_Pesquisa_ExercitoMare_Maio2017.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

caras à questão criminal contemporânea no Rio de Janeiro, quais sejam, a organização da segurança nos Grandes Eventos e mais uma grande onda de ocupações militarizadas de territórios marginalizados. O mesmo pode ser dito sobre os outros dois generais mencionados. Richard Fernandez Nunes ficou à frente dos comandos referentes à prevenção e ao combate ao terrorismo durante a Copa das Confederações em 2013 e durante as Olimpíadas em 2016 (ESTADÃO, 2018a). Entre 2014 e 2015 foi por alguns meses um dos comandantes da Operação São Francisco, feita no Complexo da Maré, a qual visou a famigerada pacificação do local. Sinott Lopes igualmente trabalhou nas Olimpíadas, nas ações no Complexo da Maré entre 2014 e 2015 e, para além disto, nas ações na Rocinha em 2017 (O GLOBO, 2018b). Os três homens que encabeçam localmente a intervenção federal, portanto, tem trajetórias semelhantes em seus relacionamentos com o estado do Rio e sua população.

O Instituto de Segurança Pública (ISP), o mesmo que apontou que o número de mortes por intervenção policial diminuiu progressivamente a partir de 2008, ou seja, justamente a partir do ano da implementação das UPPs, divulga que a partir de 2014 estes números voltaram a subir, sendo que a partir de 2016 sobem drasticamente. Em 2017, primeiro ano pós-Megaeventos, o Instituto apresenta que os números já se aproximam da realidade pré-implementação das UPPs, o mesmo valendo para o número de policiais mortos em serviço, o que, numa leitura mais conservadora, pode indicar aumento de confronto, ou aumento da oposição às operações e agentes de segurança.



Gráfico 1: Série Histórica da taxa de homicídios provenientes de oposição à intervenção policial por mais de 100 mil habitantes – Estado do Rio de Janeiro – 1998/2017

Fonte: Instituto de Segurança Pública (2018)



Gráfico 2: Série Histórica da taxa de homicídios provenientes de oposição à intervenção policial por mais de 100 mil habitantes – Município do Rio de Janeiro – 2000/2017

Fonte: Instituto de Segurança Pública (2018)

Apesar disto abrir uma margem para uma certa crítica ao fato da segurança ter sido apresentada enquanto grande legado (afinal, dentro de uma certa lógica, é possível pensar que, se houve grande investimento em segurança e em seus respectivos aparatos, estes números teriam que diminuir), nos parece, também, que surgiu uma certa justificativa estatística para

que fosse necessário considerar uma nova reformulação drástica no campo da segurança pública. Os números apontam aumentos drásticos nos crimes contra a vida, e apontam atentados contra os agentes de segurança, e seria necessário agir contra isso. Daí pode surgir uma das justificativas para a intervenção militar. Neste mesmo sentido, o da instrumentalização da estatística como guia de determinadas políticas (ou necropolíticas), afirmam Leite e Farias (2018, p. 254):

A estatística, vale lembrar, foi produzida e continua operando, no interior das relações de poder dominantes, enquanto ‘saber de si do Estado’ inerente ao funcionamento de uma engrenagem administrativa capaz de identificar em cada estado suas possibilidades de desenvolvimento. Não podemos desenvolver aqui as muitas modalidades de governo das favelas e de seus moradores praticadas no Rio de Janeiro funcionando a partir dessa lógica, ao longo de diversos contextos políticos e até suas mais recentes faces – o experimento UPP e a decretação da intervenção federal na segurança do estado do Rio de Janeiro, com apoio decisivo da estatística para a legitimação de sua implementação. (...) Uma das mais importantes dessas estratégias tem sido transformar em números não apenas os vivos, mas também os mortos. Contabilizar, ocupar, cercar tornam-se ações cada vez mais centrais às políticas de estado e verbos cada vez mais assustadores à população.

Em todas as entrevistas citadas, Braga Netto e seus coligados se manifestaram sobre a importância de ser repassada para a população do Rio de Janeiro a sensação de segurança e sobre a preocupação com o aumento da criminalidade nos últimos anos. Diante disto, convocaram a mídia para que reforçasse a divulgação das ações positivas da intervenção, entendendo que isso poderia mudar a percepção da população e ampliar a credibilidade das instituições. A tão buscada sensação de segurança é sentimento político estrategicamente manipulável, direcionável, e daí a explícita preocupação com os discursos midiáticos, com o que será dito, com a quantidade e qualidade de elogios que serão apresentados às operações.

Enquanto a invasão e ocupação de territórios nas favelas for uma estratégia fundamental para a garantia desta sensação, poderemos reconhecê-la enquanto um grande recurso discursivo para a garantia de privilégios de parte da população e para o consequente controle de outras partes, submetidas a um cotidiano de guerra e terror. Em outras palavras, enquanto se compreender, a partir de um rasteiro raciocínio causal, as comunidades populares como berçários das violências urbanas (lógica não muito distante à da sua afirmação, em séculos passados, enquanto berçários de doenças⁹) e, conseqüentemente, se direcionar a elas discursos e práticas bélicas, não se oferecerá à cidade mais do que a reprodução de velhas

⁹ Tal como expõe Pechman (2002, p. 70), “polícia”, no Rio de Janeiro, surge não enquanto força apenas de contenção de criminalidade, mas, também, força que visa “polir”, ou, ainda, “adornar, assear”.

práticas institucionais de violências, opressões e segregações. E para velhas práticas – mesmo quando mergulhadas nas novas roupagens tecnológicas, modernizantes ou pós-modernizantes - velhos resultados. Neste sentido, Stephen Graham, ao discutir sobre urbanismo militar (2016, p. 93), afirma que:

A guerra mobiliza uma dialética carregada de apego ao local: a ideia de que ‘nossos’ lugares são a antítese dos lugares do inimigo demonizado. Com frequência, essa polarização é fabricada e reciclada por meio dos discursos do Estado, amparados por representações adequadas à cultura popular. Ela sentimentaliza determinado espaço enquanto destitui a humanidade dos espaços do inimigo.

O novo urbanismo militar aponta para a ideia de que (2016, p. 121) “novas ideologias militares de guerra permanente e sem limites estão intensificando radicalmente a militarização da vida urbana. Longe de ser novo, o processo apenas acrescenta toques contemporâneos a transformações contínuas (...) para normalizar a guerra em si (...)”. Neste sentido, o de carregar continuidades históricas, é interessante lembramos que, tal como ocorreu nas UPPs, as operações da Intervenção, e mesmo as GLOs que lhes antecederam, estão sendo implementadas nas áreas das “cidades negras” (CHALHOUB, 2011), ou “cidades quilombadas” (NEDER, 1997), nas áreas em que habitam os “Condenados da Cidade” (WACQUANT, 2001), a fim de manter estas populações sob controle militarizado.

Vila Kennedy, Vila Aliança e Coreia, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro são as três comunidades escolhidas como alvos do início das operações da intervenção federal. Chegam notícias de que o exército passa a revistar e a fichar sem critério os moradores, tirando em celulares pessoais fotografias e tomando seus dados. (BETIM, 2018a). De acordo com Braga Netto, na já mencionada entrevista exclusiva dada ao Globo News, isto se dá para averiguar instantaneamente se a pessoa não possui antecedentes criminais, evitando gasto de tempo e de recursos públicos com uma ida à delegacia. Também entra em discussão a questão dos mandados coletivos de busca e apreensão nas casas, ou seja, da busca e apreensão feita sem endereço delimitado, um desrespeito a, no mínimo, o direito fundamental à inviolabilidade de domicílio. Nesta mesma entrevista, ao ser questionado, Braga Netto afirma que não há que se falar em mandados coletivos, mas sim, em mandados que se referem a uma certa área de casas dentro de uma comunidade, dada a dificuldade de se estipular o endereço correto, sobretudo o número da casa buscada. Demonstra, assim, desprezo pela moradia popular, pela sua forma, pela sua estética, pela sua dinâmica.

No dia 7 de abril de 2018, pouco tempo depois de decretada a intervenção, se efetivou aquela que, segundo o secretário de segurança Richard Nunes, foi a operação mais exitosa feita até então¹⁰, a Operação Medusa. Em Santa Cruz, na Zona Oeste da cidade, a polícia entrou em um show (evento público, com venda de ingressos e anúncios nas rádios e nas mídias em geral) e realizou aleatoriamente a detenção de pelo menos 159 homens, incluídos adolescentes, partindo do princípio de que se tratava de uma festa de milicianos e de que todos estes homens teriam algum tipo de envolvimento com atividades criminosas. Um dos presos foi Pablo Dias Bessa Martins, artista de circo que possuía viagem de trabalho marcada para a Suécia. Da mesma forma, portanto, que são feitas buscas coletivas em domicílios populares sem respeito aos parâmetros constitucionais mínimos, são feitas apreensões coletivas e aleatórias de corpos, de indivíduos, em atividades que deveriam ser compreendidas como absolutamente cotidianas. Está evidenciada também a negação do direito ao lazer nas periferias da cidade, enquanto que outras práticas de lazer e de consumo, aquelas conectadas com estéticas e propostas brancas internacionais, seguem autorizadas e incentivadas em outros pontos da cidade, as chamadas “áreas nobres”.

Vale mencionar que a região em que se instala o CICC, o fio de condução das reflexões neste trabalho, é a região da Praça XI (antiga Praça 11 de junho – data referente a importante batalha travada na guerra contra o Paraguai), no bairro da Cidade Nova, em local vizinho ao sambódromo e ao próprio prédio da prefeitura da cidade. Entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, esta foi uma região da cidade conhecida por ser habitada por proletários, negros e imigrantes (sobretudo judeus), ou seja, por intensa efervescência de diversidades, além de ser considerada, também, um dos berços do samba carioca, inegável símbolo da cultura popular (LOPES E SIMAS, 2015). Entre as décadas de 1930 e 1940 a região passou por criticáveis reformas feitas em referência à abertura da Avenida Presidente Vargas. Casas, fábricas e outros espaços populares foram botados abaixo em nome da busca por mais espaço e por outras paisagens. Mais um momento difícil na história da população marginalizada, inclusive para a expressão, manutenção e reprodução de suas culturas.

¹⁰ “Fizemos uma operação que caracteriza o seguinte: não importa se o crime organizado é armado pelas diversas facções criminosas que nós enfrentamos ou se é desarmada, que caracteriza corrupção. Nós vamos combater esse crime implacavelmente. O crime não compensa e a sociedade do Rio de Janeiro cada vez mais vai se convencer disso. Essa é uma semana muito exitosa para a segurança pública do nosso estado. A intervenção federal começa a apresentar resultados positivos. Foram diversas apreensões, diversas operações bem-sucedidas e essa, sem sombra de dúvida, foi a mais exitosa” disse. (DEMORI e PRADO, 2018).

Passada a agitação dos Megaeventos, e, ainda, a partir do impulso à ascensão do conservadorismo no pós-impeachment e na era da Operação Lava-jato e seus respectivos heróis, se colhe a renovação e o aprofundamento do discurso da guerra, do paradigma bélico, incluído o consequente retorno de membros das forças armadas aos holofotes políticos e institucionais e, também, como formuladores da opinião pública. Stephen Graham (2016), em diálogo com David Harvey, ao discorrer sobre círculos conservadores e seus pensamentos sobre cidades, afirma (GRAHAM, 2016, p. 100):

Como argumenta David Harvey, a profunda repulsa antiurbana vai ao encontro de uma tendência cultural mais ampla dentro dos círculos conservadores, nos quais discussões sobre a cidade tendem a “evocar um pesadelo distópico em que tudo o que há de pior no caráter fatalmente falho da humanidade se junta em um abismo de desespero”. Com muita frequência, então, os conservadores imaginam os bairros pobres nas cidades como uma espécie de estado de natureza hobbesiano – uma imagem que se funde perfeitamente com retratos das cidades “fracassadas” ou “selvagens” do Sul global, produzindo uma fantasia abrangente de urbanismo que engloba interior e o exterior dos Estados Unidos dos conservadores.

O autor reafirma, ainda, que nos Estados Unidos – à semelhança do que ocorre nos grandes centros urbanos brasileiros, que vivenciam de forma intensa aquilo que Vera Malaguti chama de “adesão subjetiva à barbárie” (2012, p. 37) – há um costume em demonizar determinados indivíduos, normalmente o urbanoide pobre e negro, perpetuado enquanto “o outro, selvagem e anti-urbano”. Mais uma vez, afirma Graham, surge a figura do estado de natureza hobbesiano como definidora destes indivíduos, havendo nas cidades, dentro da lógica conservadora, “uma anarquia urbana controlada totalmente à margem da lei por implacáveis gangues de rua e que necessita, em resposta, de uma penologia autoritária e de militarização” (GRAHAM, 2016, p. 101). Estas vidas, compreendidas enquanto reprodutoras de uma espécie de estado de natureza hobbesiano, são aquelas que infligem as “demandas por ordem” (MALAGUTI, 2012). São postas, portanto, como figuras que, em seu ethos, espriam tensões, espriam medo. Vera Malaguti Batista (2003, pp. 52-53), em seu estudo sobre o medo na cidade do Rio de Janeiro em diferentes tempos de sua história, nos alerta para o fato de que este sentimento tem historicamente servido como forma de se legitimar estratégias de neutralização e disciplinamento:

No Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado do povo brasileiro. Sociedades rigidamente hierarquizadas precisam do cerimonial da morte como espetáculo de lei e ordem. O medo é a porta de entrada para políticas genocidas de controle social.

Manipulando o medo enquanto sentimento político, os burocratas que põem em prática o pensar conservador contemporâneo colocam a obediência e a submissão destas populações enquanto um marco civilizatório, enquanto uma necessidade para o apaziguamento, para a pacificação (que desponta enquanto palavra da moda). Gizlene Neder (2007), ao discorrer sobre nossas matrizes teológico-políticas conservadoras, nos lembra que um dos lemas jesuítas do século XVI, que serviu de norte ao projeto de sociedade desejado e à organização social luso-colonialista, é o *perinde ac cadaver*, ou seja, o “obedece como um cadáver”. Neste mesmo sentido, Graham (2016, p. 103) afirma que “o discurso sobre ‘almas perdida’ em ‘cidades perdidas’ promove um ‘outro’ essencializado e demonizado. Ao mesmo tempo, promove metáforas militares: o ‘soldado de cristo’ precisa se mobilizar para recuperar a raça maligna (...)”.

Neste tom, percebemos neste momento do pós-Megaeventos mais uma nova onda de instrumentalização do medo (que também pode ser identificado como “sensação de insegurança”) enquanto um dos grandes justificadores para a implementação de políticas conservadoras de organização do espaço urbano. Se em séculos passados assistimos o medo do haitianismo, ou seja, o medo de uma organização rebelde massiva da população escravizada, e, também, o medo das contaminações por doenças várias (cujos culpados eram, principalmente, o modo de vida em cortiços e seus moradores, quais sejam, populações pobres, imigrantes, negras) enquanto justificadores de determinadas políticas urbanas, temos, no contemporâneo, o medo do tráfico de drogas enquanto novos justificadores. A cada véspera de uma drástica implementação de políticas e reformas conservadoras há o tensionamento de algum alvo a ser temido e, conseqüentemente, combatido. “A militarização contemporânea está ligada a uma economia do desejo, bem como a uma economia do medo”, é o que afirma Marieke de Goede (apud GRAHAM, 2016, p. 124). Neste sentido, políticas de produção e reprodução do espaço urbano e de busca pela garantia da sensação de segurança (isto é, sensação que remete ao oposto do medo), no contemporâneo constantemente tocadas dentro da lógica da guerra permanente, caminham cada vez mais entrelaçadas; temos, ainda, cada vez mais uma identificação entre políticas públicas de organização urbana e políticas de segurança, de controle.

A militarização, ou a sua intensificação em mais uma grande onda, a nosso ver, coloca-se como o verdadeiro e maior dos legados em segurança dos Grandes Eventos. A experiência de sediar eventos internacionais de grande porte bem serviu para alimentar o que Graham (2016) chama de “novo urbanismo militar” (sempre problematizando este “novo”,

mantendo em mente as matrizes conservadoras e autoritárias que formaram nosso país e as permanências históricas de longa duração). Segundo Graham (2016, p. 30):

O novo urbanismo militar se alimenta de experiências com estilos de objetivos e tecnologia em zona de guerras coloniais, como Gaza ou Bagdá, ou operações de segurança em eventos esportivos ou cúpulas políticas internacionais. Essas operações funcionam como um teste para a tecnologia e as técnicas a serem vendidas pelos prósperos mercados de segurança nacional ao redor do mundo.

Outros autores coadunam com esta mesma conclusão. É o caso, por exemplo, de Lia de Mattos Rocha (2018, 237):

Se o argumento apresentado aqui tem validade (...), podemos afirmar que os efeitos do que identificamos como crescente militarização da vida nas cidades brasileiras permanecerão. Pois, se a presença de soldados e aparatos militares nas favelas cariocas não é novidade, o acionamento desta possibilidade com maior frequência e maior aceitação a cada vez que é executado já indica que a retirada das Forças Armadas do cenário da cidade não significa o retorno a patamares anteriores à presença militar: o legado da “pacificação”, assim como dos outros dispositivos apresentados aqui como a GLO, é a disseminação da militarização como elemento ordenador da vida social. Ainda que acionada em alguns contextos, e retirada em outros, a militarização da vida deixa seus sedimentos por onde passa, produzindo um acúmulo que em outros tempos foi chamado de “entulho autoritário”, e do qual ainda lutávamos para nos livrar.

Neste sentido, tentamos oferecer neste trabalho uma reflexão-percurso entre os discursos sobre legado em segurança nos grandes eventos – sobretudo a ideia de integração e seus aparatos referentes, com destaque para o CICC – e as práticas contemporâneas de controle militarizado do território e da população. Este, um legado não anunciado e, não por isso, menos programático sobre a forma como tem se organizado a cidade e a sua população.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal** (org.) Vera Malaguti Batista; Rio de Janeiro: Revan, 2012. 2ª ed. set. 2012.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BETIM, Felipe. **Exército começa a sair da ‘favela teste’ Vila Kennedy após um mês de intervenção e poucos resultados.** El País. 2018a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521576120_595895.html

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. **Comandando e controlando à distância: modernização tecnológica, integração institucional e segurança pública.** Seminários Temáticos da IV Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia. v. 1 n. 1, 2014a. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1209>.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. **Todos os olhos: vigilância, voyeurismos e (re)produção imagética.** Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, Faperj, 2014b.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DEMORI, Leandro. PRADO, Pedro. **Quase tudo o que você sabe sobre a midiática operação que prendeu “159 milicianos” está errado.** The Intercept, 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/04/16/operacao-policia-contramilicianos/>

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Comando Militar do Leste (CML) - Operação Furacão I.** 2017. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/comando-militar-do-leste-da-inicio-a-operacao-furacao-i

EL PAÍS. **Capitão infiltrado em ato contra Temer agora é major do Exército.** (2017). Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493917999_018544.html. Acesso em: out. 2018.

ESTADÃO. **General da ativa será novo secretário da Segurança do Rio.** (2018a). Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,general-de-divisao-devera-ser-novo-secretario-de-seguranca-no-rio,70002200352>. Acesso em out. 2018.

G1. **Interventor federal que atuará no RJ foi um dos responsáveis pela segurança durante a Olimpíada.** (2018b). Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/interventor-federal-que-atuara-no-rj-foi-um-dos-responsaveis-pela-seguranca-durante-a-olimpiada.ghtml>.

GLOBONEWS. **Entrevista General Braga Neto.** Youtube. 7 mar. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9hoig6YPlow>. Acesso em dez. 2018. Acesso em mar. 2018.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar.** São Paulo: Boitempo, 2016.

LATOUR, Bruno. La tecnología es la socieda hecha para que dure. in Miquel Domènech y Francisco J. Tirado (Comps.) **Sociología simétrica.** Ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad. Barcelona: Gedisa pp.109-142, 1998

LEITE, Marcia Pereira e FARIAS, Juliana. Militarização e dispositivos governamentais para lidar com os “inimigos” do/no Rio de Janeiro. **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

LOPES, Nei; e SIMAS, Luiz Antônio. **Dicionário da História Social do Samba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA **Para defesa, maior legado da Copa 2014 é a integração na área de segurança**. (2014). Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/13160-para-defesa-maior-legado-da-copa-2014-e-a-integracao-na-area-de-seguranca>>. Acesso em: out 2018.

NEDER, Gizlene. **Cidade, identidade e exclusão social**. In: Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1997, pp. 106-134.

O GLOBO. **Conheça o general que é o braço direito do interventor na segurança do Rio**. (2018a). Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/conheca-general-que-o-braco-direito-do-interventor-na-seguranca-do-rio-22421631#ixzz5FZkg3eR8>>. Acesso em mar. 2018.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades Estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PORTAL DO GOVERNO DO BRASIL. **Centro Integrado de Comando e Controle do Rio de Janeiro é instalado**. (28/02/2018). Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2018/02/centro-integrado-de-comando-e-controle-do-rio-de-janeiro-e-instalado>>. Acesso em set. 2018.

PORTAL OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL SOBRE OS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS 2016. **Rio 2016 terá a maior operação de segurança integrada da história do país**. Disponível em: br/pt-br/noticias/rio-2016-tera-a-maior-operacao-de-seguranca-integrada-da-historia-do-pais . Acesso em: set. 2018.

ROCHA, Lia de Mattos. Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.